

NOSSA OPINIÃO

Transparência

A dívida pública bruta aumentou de pouco mais de R\$ 60 bilhões, em dezembro de 1994, para quase R\$ 500 bilhões em julho último. É um aumento de mais de 700%, num período relativamente curto, e uma visão superficial do problema pode levar à impressão de descontrole. O Governo federal tem sido mesmo acusado de ser o responsável por esse crescimento brutal do endividamento, por manter uma política de juros exageradamente altos, por gastar demais para socorrer bancos em dificuldades financeiras e assim por diante.

A verdade, no entanto, é que pela primeira vez em muitos anos estamos diante de um retrato fiel da realidade, sem a maquiagem de artifícios contábeis e sem o disfarce da inflação alta, que falseava todas as cifras e tornava enganosas todas as comparações. Em outras palavras, grande parte do aparente aumento não passou de reconhecimento de dé-

bitos que já existiam mas nunca eram levados em consideração.

É o que acontece com as dívidas de estados, municípios e Banco do Brasil, que não surgiram agora, mas simplesmente foram assumidas pela União. Houve também a contribuição de empresas estatais liquidadas em governos anteriores, além do resultado da concessão de subsídios ao financiamento da casa própria e da renegociação de débitos de grandes produtores rurais.

Por certo que os juros altos também ajudaram a fazer crescer a dívida pública, em menor grau; mas a elevação das taxas foi uma estratégia dura para a qual não havia alternativa realista ou responsável. Mas o aparente crescimento brutal das cifras é o resultado da adoção de uma política de transparência, que, ao mesmo tempo que traz mais credibilidade para o país, é fundamental para que o problema — agora conhecido em suas reais dimensões — possa ser enfrentado.